



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

ATA da 98ª (nonagésima oitava) Reunião Ordinária Dia 14 de dezembro de 2001

Às 9:00 (nove) horas do dia 14 de dezembro de 2001 (dois mil e um), no auditório do Escritório do Bairro do Recife, reuniu-se o Conselho de Desenvolvimento Urbano – CDU, sob a presidência da Dra. Norma Lacerda. Havendo número legal, a presidente declarou aberta a reunião, fazendo a leitura da pauta: 1) Aprovação/Assinatura da Ata da 96ª Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de dezembro. 2) Apresentação da Política Habitacional da Prefeitura do Recife. 3) Discussão sobre o Estatuto da Cidade. 4) Outros. Estiveram presentes os conselheiros, Dr. Elísio Soares de Carvalho Júnior, Diretor da Diretoria Geral de Administração Tributária da SEFIN (suplente), Dr. José Audísio Costa, Secretário Adjunto da Secretaria da Política de Assistência Social (titular), Dr. Rodolfo Ramirez Souto, Diretor Geral de Planejamento e Projetos Especiais da Secretaria de Política de Assistência Social, (titular), Dra. Tatiana Maia da Silva Mariz, Procuradora Geral Assistente do Município - SAJ (suplente), Dr. Daniel Gaio, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Assuntos Jurídicos (suplente), Dra. Maria Leonor Alves Maia, Diretora da Diretoria de Projetos Urbanos - URB/Recife (titular), Dr. Diomedes Pontes Valois, representante da Caixa Econômica Federal (suplente), Dra. Sílvia Maria Ramos de Oliveira, representante da FIDEM (titular), Dr. Antônio Benévolo Carrilho, representante da FIEPE (suplente), Dr. Frederico Penna Leal, representante do SINDILOJAS (suplente), Dr. Huseyin Miranda Sipahi, representante do CORECON (titular), Dr. Jorge Luiz Dantas Roma, representante da CUT (titular), Márcio de Souza Rocha, representante da STIUEPE-CUT (suplente), Dr. Marco Antonio Borsoi, representante do IAB (titular); Dr. Enio Laprovitera da Motta, representante do IAB (suplente), Dr. Armênio Cavalcanti Ferreira, representante da ADEMI/PE (titular), Dr. Carlan Carlos da Silva, representante do CENDHEC/ABONG (titular), Dr. Carlos Antônio Barroso Aguiar, representante da SCJP/ABONG (titular), Sra. Elaine de Oliveira Santos de Farias, representante do MNLM/PE (suplente). Prosseguindo, Dra. Norma passa a palavra para à Dra. Luciana Azevedo, Secretária Adjunta da Secretaria de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente para fazer a apresentação da Política Habitacional da Prefeitura do Recife, (cópia da apresentação em anexo). Continuando a suplente da presidente, passa para o segundo assunto da pauta, Discussão sobre o Estatuto da Cidade. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Enio Laprovitera – IAB/PE. Este informou que, nos dias 6, 7 e 8 de dezembro, aconteceu a IIIª Reunião Anual dos Coordenadores das Câmaras do CREA e que o arquiteto Bruno Ferraz é o coordenador da Câmara de Arquitetura. Comunicou também que nessa reunião foi apresentada uma proposta sobre a Política Habitacional e que o conselheiro Aristóteles, membro do CREA, tem conhecimento específico e interesse em tecnologia. “A Proposta foi aceita e o CREA/PE passou a integrar a CAN (Comissão de Assuntos Nacionais). Essa Comissão vai puxar o debate sobre a habitação popular, tendo como fundamento o Estatuto da Cidade. O CREA/PE é o único representante do Norte/Nordeste, uma participação importante, principalmente, por se tratar de um evento a nível nacional. Está programado, no CREA, o Seminário sobre o Estatuto da Cidade, provavelmente no início do próximo ano, em janeiro ou fevereiro”. A seguir Dra. Luciana



CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Azevedo, ressalta a importância do CREA, como também da tecnologia das telas argamassadas. “Fizemos um estudo desenvolvendo um processo com a Secretaria de Assuntos Jurídicos – SAJ. Quando colocamos nas ruas, foi questionado, então estamos neste impasse há quatro meses. O Tribunal de Contas, foi provocado para avaliar o processo. As famílias estão querendo voltar aos seus espaços e estamos amarrados numa tramitação burocrática”. Prosseguindo, o conselheiro Enio comunica que o IAB, devido à multiplicidade de propostas tecnológicas, está criando alguns grupos temáticos, um chamado Grupo de Urbanismo e o outro de Políticas Governamentais. A seguir, Dr. Adelmo Aragão, Diretor de Habitação da Prefeitura do Recife ressalta que está trabalhando em cima de pressão, “as pessoas não têm onde morar, não havia um Programa Habitacional na Prefeitura. Ao chegarmos, encontramos uma demanda enorme, temos que enfrentar o problema de frente e colocamos esse Programa Habitacional na rua, mesmo sabendo das dificuldades. Sabemos que, há 20, anos não existe um programa para habitação nesse país. Com toda essa pressão, temos 23 áreas de conflitos, mais 15 mil famílias pressionando, não temos como ficar pensando nesse problema sozinhos, então buscamos a participação da Universidade, do CREA e do IAB, para trabalharmos juntos, caso contrário não teremos sucesso. Para começar, estamos comprando mil “Kits”. Encontramos muitas dificuldades, muita burocracia na Caixa Econômica, por exemplo. Vamos trabalhar juntos também com a população. Contrataremos algumas ONG’s, vamos nos organizar melhor, faremos mutirões para trabalharmos melhor. A seguir, Dra. Luciana Azevedo, fala que tem que pensar na escala da cidade. “Quando dizemos que o Programa Habitacional tem que ser uma convocação a todos, é porque estamos investindo nessa mudança que significa a interação com a população, as especificidade de áreas, plano urbanístico por localidade. O PREZEIS vem fazendo, desde 1987, mas não tem conseguido, a população tem que interagir com o poder público. Temos que trazer outros atores para que, juntos, criemos outros formatos de interação, para podermos enfrentar esse desafio. Primamos muito por um modelo de gestão integrada da própria Prefeitura. Existe um modelo no poder público, que não integra, um faz um pedaço aqui, outro um pedaço na outra esquina, por exemplo. Temos exercitado muito essa integração interna”. A seguir Dra. Norma Lacerda, passa para o segundo ponto da pauta, Estatuto da Cidade, passando a palavra ao conselheiro Carlan, “o Estatuto pode ser dividido tematicamente, tem áreas que poderão ser bem mais tratadas pelos arquitetos, outras áreas por pessoas que trabalham com regularização fundiária, outras por pessoas que entendem da tributária e etc. Acho que, para a revisão do PDCR, deveríamos amarrar a participação da sociedade civil e do poder público. Poderíamos dividir o Estatuto de forma temática e as pessoas dependendo da sua identificação, se incorporasse. A Secretaria de Finanças poderia coordenar parte desse estudo, a Secretaria de Planejamento ficaria com a parte de urbanização consorciada e com os instrumentos urbanísticos. A SAJ participaria com a área tributária, de regularização e usucapião. As pessoas iriam se incorporar, e assim, evitaria esperar que a Prefeitura apresentasse uma proposta pronta para trazer para nós, aprovarmos ou não. Construiríamos conjuntamente, iríamos minimizando as possíveis divergências no processo”. Finalizando, comunica sua saída do CENDHEC, conseqüentemente do CDU. Prosseguindo, Dra. Norma sugere, dois representantes no mínimo para cada temática.

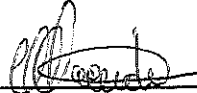
CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

Foram indicados: 1 - Instrumentos de Gestão: CUT – conselheiros Márcio Rocha e o Fórum dos Prezeis, Clóvis; 2 – Instrumentos Tributários/Regulamentação: conselheiros Carlos Aguiar – SCJP e Elísio Júnior da Secretaria de Finanças; 3 – Instrumentos Urbanísticos: o IAB, a Universidade e a SAJ. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra para Carlos Aguiar – SCJP. “Na Imbiribeira, por exemplo, onde existem vários locais com algumas ações demolitórias usados por beneficiários e famílias que estão naquela situação que se enquadram dentro da conseqüência especial. O que fazer com essas ações demolitórias? Temos que pensar, porque é uma grande quantidade de ações que existem”. Em seguida, Dr. Adelmo Aragão salienta que estão fazendo um levantamento. “Por exemplo, em Boa Viagem, temos algumas solicitações de incorporadores sobre pessoas no leito da rua. Estamos fazendo esse levantamento para fazermos uma reunião para saber como iremos encaminhar isso”. Prosseguindo o conselheiro, Carlos Aguiar, sugere que as discussões do CDU sejam mais interessantes e que as Atas das reuniões, sejam impressas no Diário Oficial, pelo menos um resumo das reuniões do CDU. Registra que foi um ano muito importante, que pela primeira vez foi questionado sobre o conteúdo das discussões que passaram pelo CDU. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Jorge – CUT. Fala da atual cultura do Brasil, por exemplo, “o filho constrói sua casa em cima da casa do seu pai, pois não tem condições de contratar um engenheiro, um arquiteto, para fazer a planta e vem um órgão fiscalizador e derruba todo o seu investimento. Acho que chegou a hora da Prefeitura do Recife ter uma estrutura para dar um suporte como: assistências judiciária, jurídica, e na área da engenharia. É necessário que se tenha essa estrutura, porque é um saldo muito grande e uma prestação social extraordinária”. Prosseguindo, o conselheiro Dr. Enio Laprovitera – IAB, fala de um depoimento que ouviu, que dizia: “Se o Estado não tem recursos para investir, pelo menos, não atrapalhe quem está produzindo, que é a idéia do mutirão, da assistência”. Em seguida, Dra. Norma passa a palavra ao conselheiro Márcio Rocha, representante da CUT. Fala que “passou por um processo de negociação para regularizar um imóvel no Arruda. Um arquiteto doou a planta e na hora de regularizar, comunicou que custaria em torno de R\$ 3.000,00. Temos que rever essas exigências para a regularização”. Continuando o conselheiro Jorge fala que morou no imóvel do seu cunhado, onde tinha construído em cima da casa de sua mãe. Fazem 18 anos e, até hoje, ele não conseguiu regularizar o imóvel. Prosseguindo, o conselheiro Carlan Carlo, diz “que temos que elaborar planos urbanísticos, definindo parâmetros urbanísticos para áreas pobres. O desafio é compatibilizar o nível de habitabilidade, circulação de ar e etc, garantir isso e, ao mesmo tempo, manter a tipicidade da ocupação. É o princípio da Lei dos Prezeis. O Plano Urbanístico que é elaborado especificamente para cada ZEIS é o que melhor atende”. Em seguida, Dra. Luciana, acrescenta que “se você orienta para que a construção do ponto de vista técnico, não corra nenhum risco e que as áreas coletivas sejam preservadas, o papel do poder público está correto”. Finalizando, a presidente agradece a presença de todos, agenda para o dia 11 de janeiro, a próxima reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, que terá como pauta: 1) Aprovação /Assinatura da Ata da 97ª Reunião Ordinária realizada no dia 23 de novembro de 2001. 2) Proposta preliminar da Metodologia para a revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento da Cidade do Recife – PDCR. 3) Avaliação do Conselho no ano de 2001 / discussão de um

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO – CDU

planejamento para o ano de 2002. 4) Outros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e, eu Graça Sá Barreto, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelos conselheiros presentes. Recife, 14 de dezembro de 2001.

Norma Lacerda – SEPLAM (suplente da presidente)



Elísio Soares de Carvalho Júnior – Sec. Finanças (suplente)

José Audísio Costa – Sec.da Política de Assist.Social (titular)

Rodolfo Ramirez Souto -Sec.da Política de Assist. Social(suplente)

Tatiana Maia da Silva Mariz- Sec.de Assuntos Jurídicos(titular)

Daniel Gaio – SAJ (suplente)

Maria Leonor Alves Maia – URB/RECIFE (titular)

Diomedes Pontes Valois – CEF (suplente)

Sílvia Maria Ramos de Oliveira– FIDEM (titular)

Antonio Benévolo Carrilho – FIEPE (suplente)

Frederico Penna Leal – SINDILOJAS (suplente)

Huseyin Miranda Sipahi –CORECON (titular)

Jorge Luiz Dantas Roma – CUT (titular)

Márcio de Souza Rocha – STIUEPE-CUT (suplente)

Marco Antonio Borsoi – IAB (titular)

Enio Laprovitera da Motta – IAB (suplente)

Arménio Cavalcanti Ferreira – ADEMI/PE (titular)

Carlan Carlo da Silva – CENDHEC (titular)

Carlos Antônio Barroso Aguiar- SCJP/ABONG (titular)

Elaine de Oliveira Santos de Farias –MNLN/PE(suplente)